

Miguel Gonçalves

Universidade Católica Portuguesa - Braga

DIVERSIDADE CULTURAL E LINGUÍSTICA EM PORTUGAL NO DOBRAR DO MILÉNIO:

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Resumo

Não sendo uma questão totalmente nova nem tão-pouco recente, o debate sobre a diversidade linguística e cultural entrou, sobretudo no início do séc. XXI, de forma vincada, na agenda europeia. Com efeito, com o passar dos anos e sucessivos alargamentos, a União Europeia (UE) vai ganhando mais cidadãos e novas línguas, de tal forma que, se o problema da gestão das línguas era já uma prioridade que reclamava uma resposta urgente por parte da EU, as duas vagas de adesões recentemente ocorridas (2005 e 2007), ao contribuírem com um acréscimo de uma dezena de línguas nacionais suplementares, tornou-o, definitivamente, numa questão incontornável. Perante um tal labirinto linguístico, várias vozes se fazem ouvir em defesa de um idioma neutro, o esperanto, e outras do inglês. Mas, é possível ser-se bilingue, mas não apátrida da linguagem à procura de asilo numa língua de acolhimento. A política linguística é um tema delicado, que mexe com duas áreas muito sensíveis: a da identidade e a das emoções. De tal modo que é mais fácil chegar a um acordo sobre a moeda única do que sobre as opções linguísticas.

Palavras-chave: *ano europeu das línguas; multilinguismo; monolingüismo; multiculturalismo; aprendizagem de línguas; sentimentalismo linguístico*

CULTURAL AND LINGUISTIC DIVERSITY IN PORTUGAL AT THE TURN OF THE MILLENNIUM: PROBLEMS AND PERSPECTIVES

Abstract

It is hardly a new question, but the debate over linguistic and cultural diversity has become a particularly poignant issue in the EU since the beginning of the 21st century. In 2005 and 2007, the EU integrated new countries and, with them, new citizens and new languages, making the question more than ever necessary to confront and deal with. Before such a labyrinthine

situation, many have advocated for the adoption of a single language, e.g., Esperanto or English. But it is possible to be bilingual without diminishing one's national language. Linguistic politics is a delicate matter that involves identities and provokes strong emotions. At the end of the day, a common EU currency is a far less difficult issue than that of languages.

Keywords: European Year of Languages; multiculturalism; multilingualism monolingualism language learning; linguistic sentimentality.

1. EUROPA: UNIDADE CONSENTIDA E DIVERSIDADE INEXPUGNÁVEL

Não sendo uma questão totalmente virgem nem tão-pouco recente, o debate sobre a diversidade linguística e cultural entrou, no entanto, sobretudo no início do séc. XXI, de forma vincada, na agenda europeia. Cumulativamente a outras iniciativas já implementadas¹, a Comissão Europeia (CE) apresentou uma comunicação com o lema "Aprende línguas e serás alguém"², o Parlamento Europeu aprovou um relatório e, a partir de Janeiro de 2007, há um comissário para o Multilinguismo, o romeno Leonel Orban. 2008 será, por sua vez, o Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

Com o passar dos anos e sucessivos alargamentos, a União Europeia (UE) vai ganhando mais cidadãos e novas línguas, de tal forma que, se o problema da gestão das línguas era já uma prioridade que reclamava uma resposta urgente por parte da EU, as duas vagas de adesões recentemente ocorridas (2005 e 2007), ao contribuírem com um acréscimo de uma dezena de línguas nacionais suplementares, tornou-o, definitivamente, numa questão incontornável. Com efeito, a partir do dia 1 de Janeiro de 2007, a paleta idiomática da família europeia é composta por 23 línguas oficiais. O gaélico, embora o seu uso seja limitado durante um período inicial, tornou-se a 21ª língua oficial e a adesão da Bulgária e da Roménia aumentou o número para 23. São elas: o alemão, o búlgaro, o checo, o dinamarquês, o eslovaco, o esloveno, o espanhol, o estoniano, o finlandês, o francês, o gaélico, o grego, o húngaro, o inglês, o italiano, o letão, o lituano, o maltês, o neerlandês, o polaco, o português, o romeno e o sueco.

¹ Encontra-se uma perspectiva selectiva das declarações e textos produzidos pela EU em: Conseil des communautés européennes (1983-1993) e Conseil de l'Union européenne (2001, 2002) e ainda em Schäfer (1991; 1994).

² Veja-se, a este propósito, enquanto balanço sobre as iniciativas europeias a favor da aprendizagem das línguas, nosso artigo "União Europeia, diversidade linguística e aprendizagem de línguas", *Revista Portuguesa de Humanidades – Série Estudos Linguísticos*, vol. 11 – Fasc. 1 (2007) (no prelo).

Perante um tal labirinto linguístico, várias vozes se fazem ouvir em defesa de um idioma neutro, o esperanto, e outras do inglês. Mas, é possível ser-se bilingue, mas não apátrida da linguagem à procura de asilo numa língua de acolhimento. A política linguística é um tema delicado, que mexe com duas áreas muito sensíveis: a da identidade e a das emoções. De tal modo que é mais fácil chegar a um acordo sobre a moeda única do que sobre as opções linguísticas.

Um estudo de opinião intitulado "Os europeus e as suas línguas" conclui que os conhecimentos da população europeia estão a aumentar, mas distribuídos de maneira desigual. O ambicioso objectivo "língua materna +2" nunca será aplicado igualmente em todos os estados membros. O inglês detém uma situação claramente hegemónica, é o latim da actualidade. Os cidadãos que têm o inglês como língua nacional usufruem de uma situação privilegiada, pelo que não têm a mesma necessidade de aprender outras línguas. São os naturais dos países mais pequenos e falantes de línguas menos conhecidas os que mais desenvolveram a sua competência linguística noutras línguas.

Em teoria, todas as línguas são iguais, mas na prática, há situações de hierarquia e privilégio. Até porque não têm todas a mesma projecção e o mesmo potencial internacional. Não há inocência nem acaso nas escolhas linguísticas. Depois, há ainda a questão das línguas regionais ou minoritárias (cerca de 60, faladas por quase 40 milhões de europeus), a relativamente às quais os quinze membros mais velhos não tinham conseguido traduzir em políticas linguísticas concretas um acordo de princípio obtido após aturados esforços³. Vivemos, pois, sob o signo dos contínuos reajustamentos, tanto maiores quanto sabemos que o terreno das línguas se tornou num dos palcos privilegiados para o debate sobre os desafios da globalização (Fischer 2002; Teixeira 2006).

³ Preservar esta diversidade linguística única para além de representar um grande desafio, acarreta igualmente encargos consideráveis. O custo total da tradução e da interpretação em todas as instituições da UE em 2005 foi de 1% do orçamento geral da UE (aproximadamente 1,123 mil milhões de euros ou menos de 2,3 euros por cidadão por ano - o preço de um café). Para 2006, o custo da tradução em todas as instituições do EU é avaliado em 800 milhões de euros. Em 2005, o custo total da interpretação foi de quase 190 milhões de euros. As despesas com o multilinguismo representam mais de um terço das despesas totais do Parlamento. O PE traduziu 673.000 páginas durante o primeiro semestre de 2007 (das quais, 165.000 traduzidas externamente); Desde 2005, o PE traduziu mais de um milhão de páginas por ano. O sistema requer, em média, mais de 2.000 tradutores e 80 intérpretes por dia.

O quadro atrás esboçado – que não pretende ir além do mero sumariar de algumas realidades (quase) consensualmente assumidas –, autoriza diversos e até não menos descontraídos comentários, qual o *leitmotiv* da aproximação à realidade que nos caracteriza. Fá-lo-emos, no entanto, de uma forma particular: mais que perseguir a liturgia das tomadas de posição alarmistas, que arriscam tornar-nos reféns ou aprisionar-nos em oposições tão estereis como ineficazes, sugerimos um percurso diferente. Propomo-nos operar alguns descentramentos ou pontualizações, na perspectiva de melhorarmos os ângulos visão e os prismas de reflexão susceptíveis de nos ajudarem a rever as nossas práticas e, se tal se justificar, a repensar os respectivos planos de acção.

2. DO ESTATUTO DA LÍNGUA AO ESTATUTO DO PORTUGUÊS

O primeiro descentramento diz respeito ao estatuto da própria língua. Dizia Santo Agostinho que a facilidade com que falamos de uma determinada realidade tende a ser directamente proporcional à dificuldade que sentimos em defini-la. O mesmo podemos dizer relativamente à língua. Todos julgamos saber o que é uma língua. Cada um de nós fala uma ou mais línguas, com maior ou menor à-vontade, com mais ou menos competência, fluidez e correcção... mas, afinal, o que é uma língua? Até o linguista, de quem devíamos esperar uma resposta na ponta da língua, hesita, conforme se coloca do lado de critérios sistemáticos (como a sintaxe, a gramática, a fonética), ou do lado das práticas sociais, infinitamente diversas, das situações de comunicação.

Aprendemos, na escola e fora dela, a conceber a língua como um sistema, uma abstracção, com regras comuns, certamente modificáveis, se mais não for, pelo próprio ao acaso ou devir histórico; mas ensinaram-nos igualmente a vê-la como fundamentalmente una, como unidade que funciona em termos de referência normativa simultaneamente inculcada e apropriada. Ora, na nossa vida quotidiana e profissional, se estivermos atentos, observamos que, afinal, há quase tantas línguas quantos os indivíduos, ou, diversamente, que um indivíduo sem ser bi ou trilingue, no sentido clássico do termo, fala e escreve uma quantidade de línguas em função das situações, dos interlocutores e dos objectos de enunciação. Desde que nos coloquemos a nível empírico, a abstracção da língua dissolve-se numa pluralidade infinita de combinações, em função dos autores, dos textos, dos medias... e por aí adiante.

Os romances de Eça de Queirós, de Camilo, de Saramago estão escritos na mesma língua? Estes romances estão escritos na mesma língua dos romances de Jorge Amado? E os romances de Jorge Amado estão redigidos na mesma língua das estórias de Luandino Vieira e de Mia Couto? E os decretos do Conselho de Ministros estão redigidos na mesma língua de José Saramago?

Por outro lado, qual é a importância da ligação afectiva que mantemos com a língua e como é que através dela vazamos os nossos sentimentos, emoções e afectos? Em que medida este envolvimento com a língua nos informa ou ensina sobre os laços de pertença a uma família, a uma comunidade, a uma região ou a um país? Que nos diz sobre a nossa relação com os livros e com os textos sagrados? Sobre que base sistemática se efectua a distinção entre língua, falar, dialecto, etc.? Como é que um sistema de comunicação assente em palavras se constituiu em língua? Esta série de questões, que facilmente poderíamos prolongar, mostra por si mesma não só a diversidade e a complexidade de factores que intervêm neste processo como também e, sobretudo, o carácter eminentemente político do problema.

Em síntese: uma língua não é apenas uma abstracção, um património, uma cultura, um sistema de representação ou um instrumento de cognição; ela é também, e talvez antes de mais, uma forma de relação concreta com o mundo; uma história desmultiplicada numa infinidade de situações; uma interacção permanente que reconfigura tanto a situação dos actores como o sistema de comunicação através do qual os actores se relacionam uns com os outros.

Os factos que todos conhecemos (Mateus 2001: 89 e ss):

- Presentemente, a população mundial ascende a mais de 6 biliões de pessoas e o número de línguas vivas situa-se entre 6000 e 7000 línguas.
- Mas 96% destas 6000 ou 7000 línguas são faladas apenas por 4% da população mundial.
- A maioria das línguas do mundo encontra-se na Ásia, na Índia, na África e na América do Sul, em zonas situadas em ambos os lados do Equador.
- A Europa tem cerca de 225 línguas nativas. Estas línguas constituem apenas cerca de 3% do número total das línguas do mundo.

- Só muito poucas línguas são faladas por centenas de milhões de pessoas. A nível mundial, o português é falado por cerca de 200 milhões de pessoas (235,5 milhões de pessoas – dados oficiais da CIA (Central Intelligence Agency) (Braga 2007).
- Num elenco das dez principais línguas, o português é o terceiro idioma europeu de comunicação internacional-intercontinental e a 2ª Língua Românica do mundo.
- Como língua falada em Portugal e no Brasil e adoptada como língua oficial em outros países de três continentes, destaca-se, em 6º lugar, entre os idiomas mais representativos⁴.
- Há um milhão de emigrantes portugueses, moçambicanos e angolanos na África do Sul e noutros países limítrofes; a diáspora coboverdiana é mais numerosa do que a população do arquipélago;
- O português é a 10ª língua mais falada no EUA por cerca de 430 mil emigrantes de várias proveniências.

O que dissemos sobre o estatuto das línguas permite olhar para a frieza dos números aqui lembrados de forma totalmente descomplexada e compreender o alcance, e o tempero, dos quase slogans: “Português: língua cioula.com” (Isabel Pires de Lima) ou “Uma língua sem dono: o(s) português(es) hoje”. Com efeito, se os números não enganam, importa termos, igualmente, ideias claras e distintas sobre o que significa, falar, hoje, da língua portuguesa, para além dos números: significa falar de um património do qual ninguém se pode dizer ser seu detentor único e exclusivo, porque a língua portuguesa pertence de igual modo a todos os que a falam. Somos todos seus “co-proprietários” na expressão de Aguiar e Silva (e por que não “condóminos”) ou, como prefere Eduardo Lourenço, “A língua portuguesa não é nossa, mas também é nossa”.

Mas se a língua portuguesa é descentrada definicionalmente, e avessa a registo individual de propriedade, é também descentrada ao nível dos territórios que ocupa ou dos

⁴ À afirmação de que o Brasil desempenha e desempenhará um papel crucial na afirmação internacional e intercontinental do nosso idioma não será estranho o facto de que o Português não ser apenas língua oficial de oito estados de quatro continentes. O Português é também língua de comunicação, para além da EU e da UNESCO, noutras organizações internacionais em que, apenas via Brasil, enquanto inegável potência BRIC, ou em conjunto, se faz ouvir: MERCOSUL, Organização dos Estados Americanos (OEA), União Latina, Aliança Latino-Americana de Comércio Livre (ALALC), Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), Organização de Unidade Africana (OUA), União Económica e Monetária da África Ocidental, idioma obrigatório nos países do Mercosul e língua oficial da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), organização que integra a maioria dos países africanos do hemisfério sul.

Por outro lado, entre todas as línguas existentes candidatas a ser a preferida da Globalização, o português é a única que, no aspecto quantitativo, qualitativo, geopolítico e geoeconómico preenche os cinco pré-requisitos necessários para que tal aconteça.

espaços que em que se encontra. Daí que o segundo descentramento remeta, exactamente, para tais domínios. Falemos, pois, dos territórios, dos espaços.

3. PORTUGUÊS: LÍNGUA REPARTIDA E LÍNGUA PARTILHADA

Se a confusão quase-babélica que desde sempre caracterizou a Europa se tornou, na Europa Unida – *et pour cause* –, mais problemática – bem traduzida em slogans como “mais línguas mais Europa!” –, mais desarrumada (e desorientada) ficou ainda a casa europeia quando, e paradoxalmente, os “grandes” países habituados a focalizar o problema à escala das “grandes línguas”, constam que, no terreno, estas desaparecem, sob os seus pés, a olhos vistos: a ameaça de um monolinguismo inglês começa a causar os seus estragos ao francês, ao alemão, ao italiano, a até ao espanhol.

Todavia, o que se passa com as “pequenas línguas” que, desde há muito tiveram de gerir situações complexas de dominação política e cultural, relações de força desfavoráveis à sua sobrevivência (no caso de um país monolíngue) ou de várias línguas nacionais (no caso de países plurilíngues)? Como é que os países oficialmente plurilíngues gerem a sua diversidade linguística interna, estando implicados em sistemas de língua, nomeadamente através de mercados editoriais e mediáticos, que se estendem para além das suas próprias fronteiras?

Noutra escala, é tentador observar exemplos de plurilinguismo raramente abordado entre nós: a União Soviética de ontem e a Rússia de hoje, a China, a Índia, os Estados Africanos, a começar pela África do Sul, e até os próprios USA onde, por via dos fluxos migratórios, a situação evolui actualmente num sentido que contradiz a visão clássica do *melting-pot* não só cultural mas também linguístico. Em cada um dos casos coloca-se o problema da relação entre a política e a língua, entre ideologia (ou cultura) e suas práticas, entre poder identitário e funções sociais de uma língua e, através da mesma, a questão das forças e dos limites (ou fraquezas) de uma política linguística. Só tendo em consideração esta imensa variedade de configurações podemos esclarecer as constricções e as escolhas face às quais nos colocamos. Daí que os laivos de crispação que, neste particular, se associam ao sector do ensino, não nos devem fazer esquecer que o problema invade outros campos: a empresa e as relações económicas, a edição (com as correspondentes políticas de tradução), enfim, e sobretudo sobre os medias, o cinema e a TV cujos efeitos repetidos modificam a nossa relação com a cultura e a escrita.

Os problemas aqui suscitados são tão vastos como complexos. Qualquer abordagem, neste contexto, corre sempre o risco de ser necessariamente redutora ou, pior ainda, não menos caricatural. No que à língua portuguesa diz respeito, e mesmo dando por adquirido que “cada caso é um caso”, a homogeneidade linguística (e cultural) que encontramos em Portugal, onde para além do português, apenas registamos a língua mirandesa (e a língua gestual), está longe de se repetir, desde logo no Brasil, mas igualmente, e ainda de forma mais acentuada, nos diferentes países africanos de língua oficial portuguesa. Com efeito, a diversidade cultural e linguística neles patenteada tem expressão concreta no respectivo quadro linguístico.

A título de exemplo,

- em Moçambique falam-se 20 línguas africanas, quase todas da família bantu;
- em Angola há 38 línguas vivas;
- na Guiné-Bissau há falantes de Crioulo Guineense e falantes de 17 línguas africanas;
- em Cabo Verde, a língua materna é o Crioulo Caboverdiano ou língua caboverdiana;
- em S. Tomé e Príncipe existem 4 crioulos com dificuldade de inter-comunicação (Mateus & Pereira 2005: 17 e ss);

Se a realidade do português em África só pode ser compreendida à luz deste verdadeiro mosaico cultural e linguístico, para que o quadro resulte ainda mais real, há outros sinais que não devemos ignorar: desde logo o desaparecimento progressivo da língua portuguesa em vários locais: um é a Índia; outro é Macau.

Mas também não podemos ocultar os numerosos problemas que se acentuam nos locais de emigração. Nem se podem ainda esquecer (devido à hegemonia de economias mais poderosas e de sociedades mais desenvolvidas em países contíguos) os riscos de penetração crescente, por exemplo, do francês na Guiné-Bissau, e do inglês em Moçambique e em Timor.

Mas a realidade para a qual remetíamos, fundamentalmente, primeiro em relação ao Brasil e África e, mais tarde, para Timor, entrou, sobretudo na última década, também portas a dentro. Efectivamente, com o fluxo migratório de todas as partes do mundo, também a Europa tem vindo a tornar-se, progressivamente, multilingue e multicultural. E Portugal é hoje, igualmente, multilingue e multicultural. É evidente que ainda estamos longe de cidades como Paris, Londres ou Barcelona em que coexistem mais de 300 línguas (em 2003, na Catalunha, residiam estrangeiros procedentes de 190 países, estimando-se que sejam aí

faladas mais de 300 línguas) mas nas escolas portuguesas, coexistem já mais de 90 nacionalidades diferentes e um ainda maior número de línguas faladas pelas respectivas comunidades.

Mesmo assim, a recente imigração de vários países e continentes que não cessa de crescer introduziu já, no sistema de ensino português, 90.000 estudantes de outras nacionalidades, segundo o último inventário da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação. O maior número de alunos concentra-se no 1º ciclo do ensino básico, à volta de 36.730 alunos, seguido do 3º ciclo, com 19 065 alunos. No que respeita à diversidade linguística, as escolas portuguesas são frequentadas por estudantes de 120 nacionalidades, sendo entre 80 e 90 as línguas faladas. São estas as conclusões de um inquérito do Ministério da Educação aplicados a uma amostra superior a 1.000 estabelecimentos de ensino básico e secundário.

Curiosamente, segundo os dados do inquérito, que incidiu sobre um universo de mais de 15. 000 estudantes, enquanto países como o Brasil, Ucrânia, França, Moldávia, Alemanha e Suíça contam com um número crescentes de estudantes nas escolas portuguesas, pelo contrário Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Índia perdem peso entre os alunos que têm o português como língua não materna (Mateus 2006).

Do que acabámos de afirmar, e do sentido que atribuímos à expressão o “Português: língua crioula”, só podemos concluir que a crioulação da língua, a sua mestiçagem, é inevitável (afinal “Deus criou o branco e o Português o mestiço). Todavia, ousamos ir mais longe: tal miscigenação é também enriquecedora.

4. POLÍTICAS DA LÍNGUA E FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA

O terceiro descentramento aponta para a própria questão das políticas da língua. A degradação progressiva e de aparência inelutável das línguas, com excepção do inglês, e a inanidade aparente de todas as tentativas para estancar o processo podem pôr em causa a própria ideia de qualquer tomada de posição sobre o assunto. Dispõem os poderes públicos de alavancas para influenciar o curso das coisas? Qual pode ser o papel da EU neste particular? É verdade que em democracia o tempo de medidas autoritárias e coercivas foi abandonado, mas dar sinais de humildade e de realismo em matéria de política da língua não quer dizer, necessariamente, cruzar os braços. Trata-se antes de sinal de inteligência, de saber utilizar os

interstícios, a partir de uma posição que não é a de uma defesa de todos os azimutes da diversidade dos patrimónios linguísticos mas que respeita a própria dinâmica das línguas na sua capacidade de adaptação ou seja, que respeita, até um certo limite, a sua faculdade de miscigenar e de interagir. A pureza originária das línguas é uma construção ideológica que cumpriu o seu tempo. Mais que cultivar nostalgias, parece-nos hoje preferível medir ou monotorizar as transformações incessantes da paisagem linguística.

Pela mesma razão que afirmamos que a assunção da diversidade nada tem a ver com fomentação de qualquer fragmentação linguística, manifestamo-nos igualmente contra os guardiães da língua que assim como lida(ra)m mal com o facto de, feita a descolonização política, ter cessado também o nosso “governo” sobre a língua, teimam em não compreender a nossa passagem de senhorios a co-proprietários, insistem em ver-nos apenas como de país de emigrantes e jamais como país de emigrantes e imigrantes. À falta de melhor designação digamos que são nostalgistas da norma. Assim como temos consciência que pulverização linguística trairá, por certo, qualquer intento de afirmação geoestratégica de um idioma pluricontinental e transnacional, somos igualmente sensíveis a qualquer tentativa de afirmação da mudança na continuidade geradora por certo de generalizada infoexclusão.

A estratégia para a promoção da língua portuguesa passa, obrigatoriamente, pela procura de uma uniformização ortográfica, tantas vezes discutida e tão desejada, mas que tem continuamente esbarrado no excesso de burocracia de uns e na teimosia de outros.

Por outro lado, o ensino do português fora dos limites territoriais dos países que o possuem como idioma oficial é muito deficiente. Quase se pode afirmar que o único país que o promove junto às suas comunidades emigrantes é Portugal, mas, mesmo assim, de forma deficiente e geograficamente descontinuada.

Que política da língua adoptar para afirmar o futuro da língua portuguesa no mundo e, sobretudo, inverter os sinais que, nos casos apontados, podem levar ao seu desaparecimento? Em nosso entender⁵, e nas pegadas das conclusões do debate promovido em boa hora pela FCG, qualquer abordagem ao futuro da língua portuguesa terá de contemplar, necessariamente, pelo menos, a inclusão dos seguintes pontos:

1. “Português: língua cioula.com”;
2. O Brasil desempenha e desempenhará um papel crucial na afirmação internacional e intercontinental do nosso idioma;

⁵ Reproduzimos, no essencial, os pontos que estiveram na base da nossa participação, na qualidade de representantes da Língua Portuguesa, na Mesa Redonda subordinada ao tema “L’avenir des langues romanes”, organizada no âmbito do *XXV Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, (Innsbruck, 3-8 de Setembro de 2007) e em que participaram: Françoise Gadet, Emilio Ridruejo, Sanda Reinheimer-Ripeanu, Lene Schøsler, e Rita Franceschini. Foi moderador Wulf Oesterreicher.

3. A multicultural diversidade de uma língua falada por vários povos e em vários países é um factor de enriquecimento linguístico;
4. A diversidade de disciplinas científicas e de campos de saber devem participar na análise dos problemas que à língua dizem respeito;
5. A valorização da língua é indissociável das políticas que lhe são correlatas, nomeadamente da política do livro e da leitura;
6. O ensino da língua é indissociável da formação de professores, desde logo de língua materna, mas igualmente, e cada vez mais, de português Língua Estrangeira;
7. Uma política da língua no quadro da cooperação entre os vários países em que se fala português não pode alhear-se de um acordo ortográfico (AA. VV. 2005).

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (2005) *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*. Lisboa, Fundação Calouste Gunbenkian.
- BRAGA, Daniela (2007) “Máquina falantes: Novos Paradigmas da Língua e da Linguística”. Em: Manuel Gama (org.) *A Política da Língua Portuguesa*. Braga, CELUM: 79-92.
- COMMISSION EUROPEENNE (2001) *Enseignement et apprentissage des langues. Mesures de l’Union européenne*. Bruxelles, Commission européenne.
- (2002) EDUC 136, *Rapport de la Commission au Conseil, au Parlement européen, au Comité économique et social des Régions: mise en œuvre et résultats de l’année européenne des langues 2001*.
- FISCHER, Steven Roger (2002) *Uma História da Linguagem*. Lisboa, Temas e Debates.
- GAMA, Manuel (org.) (2007) *A Política da Língua Portuguesa*. Braga, CELUM.
- MATEUS, M^a Helena Mira (2006) “A crise das Humanidades numa sociedade multicultural e multilinguística”. Em: *Novos Horizontes para as Humanidades*. Braga, Faculdade de Filosofia: 113-153.
- MATEUS, M^a Helena Mira (coord.) (2001) *Mais Línguas, Mais Europa: celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa*. Lisboa, Colibri.
- MATEUS, M^a Helena Mira & PEREIRA, Luísa Teotónio (orgs.) (2005) *Língua Portuguesa e Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa, Colibri.

- TEIXEIRA, José (2006) Globalização, novos cosmopolitismos e a anunciada morte das línguas. *Colóquio de Outono – Novos Cosmopolitismos. Identidades Híbridas*. Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho: 169-186.
- SCHÄFER, Ulrich (1991) *Die Europäische Gemeinschaft und das Bildungswesen: eine Bibliographie*. Francfort/Main, DIPF.
- (1994) *Die Europäische Gemeinschaft und das Bildungswesen: eine Bibliographie*. Berlin, Verlag für Wissenschaft und Bildung.